

Um museu de grandes novidades: capital fictício, fundo público e a economia política da catástrofe

A museum of great news: fictitious capital, public fund and the political economy of the catastrophe

Javier Blank

Universidade Federal Fluminense
javier.blank@gmail.com

Resumo: Neste artigo afirma-se a urgência de superar o senso comum que interpreta fenômenos novos a partir de análises anacrônicas. Recupera-se a noção de capital fictício de Marx e afirma-se o seu papel predominante na dinâmica atual de acumulação de capital. Por meio da ficcionalização da riqueza, a riqueza futura potencial antecipa-se como riqueza atual. Isso produz uma nova relação do presente com o futuro. Os efeitos catastróficos que essa lógica produzirá no futuro acabam se internalizando como base da própria produção da riqueza. A partir disso, formula-se a ideia de uma economia política da catástrofe. Considerando a participação da ficcionalização da riqueza na formação do fundo público, questiona-se a compreensão frequente que interpreta o fundo público como sendo exclusivamente formado por mais-valia previamente produzida e apropriada pelo Estado. Finalmente, extraem-se algumas considerações sobre o horizonte das lutas sociais a partir da compreensão dessas profundas novidades que apresenta atualmente o capitalismo, que é aqui considerado livremente um museu, que tenta ao mesmo tempo manter uma forma fixa e cada vez mais anacrônica.

Palavras-chave: Capital fictício; Fundo público; Crise do capital; Economia política da catástrofe.

Abstract: This article affirms the urgency of overcoming the common sense that interprets new phenomena from anachronistic analyzes. Marx's notion of fictitious capital is recovered and its predominant role in the current dynamics of capital accumulation is affirmed. Through the fictionalization of wealth, potential future wealth is anticipated as current wealth. This produces a new relationship of the present with the future. The catastrophic effects that this logic will produce in the future end up internalizing as the basis of the production of wealth itself. From this, the idea of a political economy of catastrophe is formulated. Considering the participation of the fictionalization of wealth in the formation of the public fund, we question the frequent understanding that interprets the public fund as exclusively formed by surplus value previously produced and appropriated by the State. Finally, some considerations about the horizon of social struggles are drawn from an understanding of these profound new developments that capitalism is currently presenting, which is here freely considered a museum, that tries at the same time to maintain a fixed and increasingly anachronistic form.

Keywords: Fictitious capital; Public fund; Capital crisis; Political economy of catastrophe.

Recebido: Novembro 2017

Aprovado: Janeiro 2018

*Vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para*

Cazuza.

Introdução: Um museu de grandes novidades

Na frente das letras gigantes que anunciam orgulhosas “Rio Cidade Olímpica”, na renovada Praça Mauá, professores e alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro espalham sacos de lixo recolhidos na própria Universidade e transportados de metrô. Denunciam o descaso do poder público que atrasa salários de professores e funcionários, bolsas de estudantes e que não repassa as verbas para as empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza, segurança, alimentação, etc. Muito simbolicamente isso acontece do lado de fora do novíssimo Museu do Amanhã. Sem educação não há amanhã, reclamam diante das portas do museu, ele mesmo uma cifra da problemática condensação atual de passado, presente e futuro.¹

No hall do museu, os visitantes fazem um círculo para observar os movimentos de uma mulher sentada no chão. É uma mulher negra com cabelo cacheado que não para de esfregar no seu cabelo utensílios de cozinha. Fica difícil determinar inicialmente se o objetivo da ação é o polimento dos garfos, copos e demais objetos ou o alisamento do seu cabelo. Ou ambos os atos ao mesmo tempo. No Museu do Amanhã, no século XXI, uma mulher negra sentada desconfortavelmente no chão protesta contra a objetualização que sofre toda vez que seu cabelo, e o de qualquer negro ou negra, é chamado de Bombрил. O olhar dela fica perdido num horizonte imaginário, muito além das pessoas que a rodeiam. De vez em quando ela fita alguém transitoriamente. Cada encontro de olhares produz uma tensão diferente. O que estará passando pela cabeça daquela mulher de cabelo naturalmente loiro e liso quando olhada tão fixamente pela negra no chão? E daquela outra, também negra, mas que faz anos alisa o cabelo? A repetição incessante do ato do polimento joga na cara dos visitantes a reprodução incessante da discriminação dos negros e negras desde o seu violento traslado a estas terras. Um menino loiro sente-se atraído pela cena. Para o pai é suficiente com um minuto para começar a arrastar o filho para fora da roda. Talvez o pai já entendeu de que se trata e descobriu que dali em diante tudo será uma mera repetição. Mas a repetição vai produzindo uma variedade de sentidos novos nesses 15 minutos infinitos até a mulher negra acabar de polir todos os utensílios. O cansaço, a dormência nas pernas pela posição desconfortável no chão, a tensão provocada pelo olhar ora perdido ora sutilmente provocador da mulher negra, o nojo de aceitar passivamente uma situação desconfortável para todo mundo e que já devia ter

¹ Um vídeo da performance “Universidade Pública, lixo olímpico” está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oD8Xf0VezPY>>. Acesso em: 30 out. 2017.

acabado minutos (séculos) atrás... a tensão crescente se transforma numa usina de imagens e ideias para aqueles que ficam. Essa mulher vai provocando dor, pena, solidariedade, até raiva com seus atos repetitivos e incessantes. Não vai parar nunca? É ela que nos segura aqui, nessa posição desconfortável. A situação se torna cada vez mais insuportável. Quem fica até o fim experimenta que cada repetição do mesmo ato não é o mesmo ato.²

Os sentidos comuns, inclusive o senso comum acadêmico e o senso comum de esquerda, parecem estar adormecidos diante das novidades da nossa época. De diferentes maneiras se postula ou sugere um eterno retorno do mesmo. Aplicam-se ao presente uma série de enunciados com suposta validade eterna, transistórica, e outros com suposta pertinência idêntica em qualquer ponto na história interna do capitalismo. Exemplificando. Cidades têm falido, e depois têm se recuperado. Sempre o capital atravessou crises. As crises têm sempre uma função de limpeza e renovação do próprio capital. Quem ganha nas crises são os ricos. Quem paga nas crises são os trabalhadores e os pobres. A financeirização é simplesmente um mecanismo de apropriação parasitária de riqueza produzida por outros, ou seja, de redistribuição regressiva da riqueza. Ainda, volta e meia aparece a pergunta: qual crise, se os bancos estão com lucros exorbitantes e as empresas se beneficiam de isenções fiscais? Existência de lucro parece ser uma evidência eterna da saúde econômica dos capitalistas e do conjunto do sistema.

Algumas dessas afirmações tiveram validade histórica relativa. Outras, nem isso. A história não se repete, pois há uma linearidade interna no desenvolvimento do capitalismo.³ Uma das novidades produzidas nesse movimento de desenvolvimento e contradição é que a ficcionalização da riqueza, para além de um mecanismo que contribui à redistribuição (ou pilhagem, rapina) da riqueza social previamente produzida, tornou-se no capitalismo contemporâneo um mecanismo fundamental da *produção* de riqueza capitalista.

A compreensão teórica dessa novidade permite: mostrar a coexistência de lucros de capitalistas (i.e. os bancos comerciais) com uma profunda crise do sistema capitalista num todo; mostrar o caráter inédito da crise atual; mostrar que as crises cíclicas já não conseguem produzir a renovação do capitalismo, mas aproximam o sistema do seu limite absoluto; que o excesso de liquidez atual não é mais super-acumulação de mais-valia produzida sem campos de investimento mas já em grande medida uma produção de riqueza capitalista que não foi produzida pela exploração da força de trabalho.

Essa conceituação deve contribuir à problematização das limitadas compreensões frequentes sobre o fundo público e as disputas políticas em torno dele.

² Um pequeno fragmento da performance de Priscila Rezende no Museu do Amanhã está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=asp43D_xMpo>. Acesso em: 30 out. 2017.

³ "nem inversamente é permitido que a determinação categorial da crise ou do seu mecanismo se compreenda e represente de um modo inteiramente separado do desenvolvimento interno histórico real do capital [...] [dessa maneira] a sua história interna apenas aparenta ser uma sequência de acontecimentos fortuitos ou, na melhor das hipóteses, uma eterna oscilação de conjunturas e rupturas estruturais assentes em algo que é sempre igual a si próprio, mas que não teriam por base nenhuma lógica ascendente, de certo modo teleológica, de desenvolvimento e contradição" (KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 215).

A ficcionalização como mecanismo fundamental da produção de riqueza no capitalismo contemporâneo

Para compreendermos a ficcionalização como mecanismo fundamental da produção de riqueza no capitalismo contemporâneo devemos enfrentar inicialmente duas dificuldades. A primeira é distinguir o mecanismo do capital fictício de outras formas de capital que são de fato, a despeito de sua aparência, formas de redistribuição de riqueza previamente produzida, como o caso do capital portador de juros. A segunda é distinguir o papel específico que a ficcionalização da riqueza adquiriu no capitalismo contemporâneo e que introduz uma reviravolta na história interna desse modo de produção.

Na análise de Marx,⁴ a mercadoria assume para si propriedades das relações sociais e apresenta-se como se aquelas fossem propriedades naturais suas. O valor aparece como uma propriedade natural inerente da mercadoria, quando na verdade é o resultado necessário de uma sociedade organizada a partir de produtores que produzem para o mercado e na qual o trabalho tem a função de mediação social. É o que Marx chama de fetichismo da mercadoria.

De maneira semelhante, o “capital portador de juros” se *apresenta* como tendo a capacidade natural inerente de multiplicar o seu valor, quando este surge na verdade a partir dessa relação social muito especial entre o comprador e o vendedor da força de trabalho. Assim como no fetichismo da mercadoria, nesse fetichismo do capital portador de juros esconde-se também a “marca de origem”. O juro não é mais do que uma dedução de parte do lucro produzido pela exploração da força de trabalho, mas a dinâmica da sua produção gera a aparência dele ser o resultado da auto-reprodução do próprio dinheiro.⁵

Ao limitarmos nosso olhar a esse tipo de funcionamento do dinheiro convertido em capital temos que supor que todo rendimento financeiro provém de uma produção de valor anterior.⁶ Mas no caso do capital fictício acontece uma multiplicação do capital sem referência direta ao processo de valorização real. Ao tratar das “partes constitutivas do capital bancário”, Marx aponta que a “capitalização” de títulos e ações não tem a ver com uma aplicação e rendimento real do capital produtivo: “A formação do capital fictício chama-se capitalização.

⁴ Cf.: Seção 4 do cap. 1 de: MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

⁵ “Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo [...] Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como a de uma pereira é dar peras. E como tal coisa prestadora de juros, o prestamista de dinheiro vende seu dinheiro” (MARX, Karl. *O Capital*. Vol. III. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986a, p. 294). “O capital portador de juros só se afirma como tal na medida que o dinheiro emprestado é realmente transformado em capital e se produz um excedente, do qual o juro é uma parte” (*Ibidem*, p. 285).

⁶ Temos em Altvater um exemplo, dentre muitos outros, dessa obstinação: “a ideia frequente de um desacoplamento entre a economia monetária e a economia real é uma grande ilusão, resultado do brilho ofuscante do fetichismo do dinheiro e do crédito – como se os altos rendimentos das relações financeiras viessem de si mesmas, como se pudessem ser recolhidos dos cofres dos Bancos, e não devessem ser produzidos na economia real” (*Apud*: LOHOFF, Ernst. *Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation*. (p. 42). Publicado em: 2014. Disponível em: <<http://www.krisis.org/wp-content/data/ernst-lohoff-kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation-2014-1.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017).

Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se a calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria”.⁷ Embora Marx já tenha apontado para essa forma de existência do capital e faça uma distinção clara entre ela e o capital portador de juros, ele não chegou a desenvolver sistematicamente a noção de capital fictício (em parte porque o seu desenvolvimento objetivo ainda não tinha chegado ao ponto em que o encontramos hoje). Marx abre a possibilidade de compreender essa riqueza enquanto riqueza capitalista real mas em algumas passagens acaba tratando-a como mera aparência. Assim, ele afirma que no capital fictício “toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida”.⁸ Ou ainda, “por mais que essas transações se multipliquem, o capital da dívida pública permanece puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos de dívida se tornam invendáveis, desaparece a *aparência* desse capital”.⁹ A atribuição a esse tipo de riqueza de um caráter *aparente* vincula-se com a localização teórica desse capital na esfera da circulação. Mollo, por exemplo, afirma: “O capital fictício é, pois, uma categoria da circulação, um caso claro de autonomia da circulação em que seu valor aparece, cresce ou cai conforme oferta e demanda, sem relação direta com a produção cujos valores-trabalho são gerados”.¹⁰

Assim concebido, o capital fictício não passaria de uma nova forma de manifestação do fetiche do dinheiro enquanto aparência de uma capacidade inerente de produção de um valor que teria sido produzido na verdade anteriormente e por outra dinâmica. No entanto, para termos alguma chance de compreender o capitalismo contemporâneo é preciso determinar esse movimento próprio do capital fictício como *produção de riqueza capitalista real*. Isso significa continuar o caminho aberto por Marx com a noção de capital fictício, limpando-o de ambiguidades teóricas e concretizando-o historicamente.¹¹

Para isso é crucial observar que as mercadorias dos mercados de capitais tem uma natureza diferente das mercadorias negociadas nos mercados de bens. Para distingui-las, Ernst Lohoff as chama de “mercadorias de segunda ordem”. Enquanto as mercadorias dos mercados de bens têm valores de uso muito variados e portanto prometem satisfazer necessidades também muito diferentes, as mercadorias de segunda ordem tem um único e exclusivo valor de uso: “sua aquisição promete aos compradores a transformação do dinheiro em mais dinheiro”.¹² Enquanto as mercadorias dos mercados de bens têm no mercado somente a sua instância de realização, para as mercadorias de segunda ordem o mercado é a sua esfera de

⁷ MARX, Karl. *O Capital*. Vol. III. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1986b, p.11.

⁸ *Idem*.

⁹ *Ibidem*, p.10. Grifo meu.

¹⁰ MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011, p.453.

¹¹ Eu diálogo aqui com as formulações de Ernst Lohoff por considerar que ele é quem mais vem contribuindo para isso ao desenvolver e concretizar a ideia já antiga no campo teórico da crítica do valor segundo a qual o capital, uma vez atingido o limite de valorização, sobrevive pelo expediente da antecipação de riqueza futura.

¹² LOHOFF, Ernst. Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. *Op. cit.*, p. 39.

produção.¹³ Quando os títulos ou ações emitidos podem ser eles mesmos utilizados nos mercados de capitais, essas mercadorias representam a promessa de riqueza monetária futura sob uma forma negociável. “O dinheiro devém capital monetário ao comprar essas estranhas mercadorias de segunda ordem”.¹⁴ Acontece aqui uma duplicação do capital inicial. O título de propriedade gerado, que representa a esperança em um valor futuro, adquire existência social objetiva sob a forma de valor mobiliário. É a reivindicação de valor futuro que representa riqueza capitalista atual, pelo prazo de validade do título.

Se o nome fictício sugere um caráter irreal ou artificial, é melhor entendermos fictício como baseado numa ficção, ilusão ou promessa. Mas a promessa produz riqueza capitalista real. A potencial desvalorização dessa riqueza significa a destruição da riqueza capitalista real criada por esse mecanismo fictício e não a demonstração da falsidade de uma riqueza aparente. Capital fictício é, portanto, uma categoria da produção, e qualquer atribuição de irrealidade a essa produção de riqueza bloqueia o entendimento da sua capacidade de alimentar e dar uma sobrevida à dinâmica do capital, mesmo que de maneira transitória e instável.¹⁵

Uma vez que identificamos essa forma de capital que se produz na relação entre emissores e compradores de mercadorias de segunda ordem, sem passar pelo processo de valorização, devemos enfrentar uma segunda questão. A produção de acumulação de capital sem acumulação de valor não é novidade. Marx observou como a dívida pública foi uma poderosa alavanca da “assim chamada acumulação primitiva”. A dívida pública multiplica o dinheiro “sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária”.¹⁶ Na descrição feita por Marx do vínculo entre o

¹³ “Cada dia são vendidas milhões e milhões de mercadorias no mercado de bens. Mas o encontro entre comprador e vendedor nesses mercados nunca forneceu um novo habitante ao mundo das mercadorias. No caso dos mercados de dinheiro e capital, ao contrário, trata-se de mercados geradores de mercadorias. Para a mercadoria capital monetário, o mercado é portanto não só a instância de realização, mas ao mesmo tempo sua esfera de produção” (LOHOFF, Ernst. *Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation*. *Op. cit.*, p. 33).

¹⁴ LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. *Die große Entwertung: Warum Spekulation und Staatsverschuldung nicht die Ursache der Krise sind*. Münster: Unrast-Verlag, 2012, p. 125.

¹⁵ Essa conceituação nos exige abandonar o axioma da identificação entre acumulação de capital e acumulação de valor já produzido: “A relação social entre o emissor e o vendedor de uma mercadoria de segunda ordem, nessa sua exclusiva maneira louca, acaba sendo também criadora de capital. Com a proliferação dessas mercadorias de segunda ordem, o capital criou para si uma fonte de acumulação de capital independente de uma anterior valorização do valor, não só do ponto de vista do capital individual mas também considerada a totalidade social. Assim, *o fetiche específico das mercadorias de segunda ordem torna o fetiche do capital uma força material tangível*, com amplas consequências teóricas: a aparição desse novo tipo de mercadorias faz explodir a correspondência entre a acumulação de valor e a acumulação de capital! [...] Com a colocação bem-sucedida de uma mercadoria de segunda ordem no mercado de capitais, o valor futuro apresenta-se já hoje enquanto capital, considerada a totalidade social. Trabalho produtivo ainda não efetuado de maneira alguma, e que possivelmente nunca o será, assume a forma de capital. *A formação de capital não se baseia aqui portanto na produção de valor mas é resultado da antecipação de valor*”. (LOHOFF, Ernst. *Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation*. *Op. cit.*, p. 41-42).

¹⁶ “A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante [...] O Banco da Inglaterra começou

Banco de Inglaterra o Estado inglês encontramos de maneira clara o mecanismo de duplicação de capital já referido.

Mas o fato de aparecerem mecanismos de produção de capital fictício na origem mesmo do capitalismo e no decurso do seu desenvolvimento não deve levar-nos a enxergar na sua manifestação atual um eterno retorno do mesmo. Na história interna do capital houve um salto qualitativo na função do capital fictício.

Até faz algumas décadas, as bolhas financeiras consistiam fundamentalmente na utilização de capital excedente resultante de uma super-acumulação que já não encontrava oportunidades rentáveis de aplicação na produção. Elas eram resultado do fim de uma onda de expansão capitalista no seu movimento cíclico. E sumiam quando o capital entrava numa nova onda expansiva criada sobre novas bases.¹⁷ No entanto, desde os anos 1970 a expansão dos mercados financeiros pela mágica de fazer aparecer no presente um valor potencial futuro tornou-se uma fonte imprescindível e permanente de riqueza para evitar o colapso derivado da crise estrutural na produção de valor. A liberalização dos mercados financeiros, o aumento da dívida pública, a privatização do setor público, foram todos expedientes pelos quais a dinâmica econômica se deslocou para a "indústria financeira", adiando o estouro da crise para as próximas décadas.¹⁸ O capital fictício tornou-se um mecanismo fundamental e permanente de criação de nova riqueza capitalista real e o vínculo tradicional entre capital fictício e capital funcionante se inverteu: "Nesse 'capitalismo invertido', a expansão a longo prazo do capital fictício não mais reflete o desenvolvimento do capital funcionante, ao contrário, o crescimento do capital funcionante *inverteu-se* numa variável dependente do crescimento do capital fictício".¹⁹

Afirmar que a acumulação de capital pode agora acontecer por antecipação de valorização futura e que essa riqueza é tão real em termos capitalistas quanto qualquer outra não implica desconhecer a diferença que existe entre ela e acumulação capitalista resultado do processo de produção de valor precedente. É sua *maneira específica de ser riqueza capitalista real* que permite compreender o desenvolvimento histórico das últimas décadas. A predominância da produção desse tipo de riqueza abstrata deve nos ajudar a compreender uma novidade fundamental da nossa época, uma nova maneira sistêmica de se estabelecer o vínculo entre o presente e o futuro. Acontece que as expectativas de futuro se tornam fundamentais como base desse tipo de riqueza. Ainda que o futuro possa parecer o novo de ponto de referência da acumulação, a rigor parece ser melhor afirmar que a referência dessa

emprestando seu dinheiro ao governo a 8%; ao mesmo tempo foi autorizado pelo Parlamento a cunhar dinheiro do mesmo capital, emprestando-o ao público outra vez sob a forma de notas bancárias. Com essas notas, ele podia descontar letras, conceber empréstimos sobre mercadorias e comprar metais nobres. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, por ele mesmo fabricado, se tornasse a moeda, com a qual o Banco da Inglaterra fazia empréstimos ao Estado e, por conta do Estado, pagava os juros da dívida pública" (MARX, Karl. *O capital*. 1996. *Op. cit.*, p. 374-375.)

¹⁷ Cf.: LOHOFF, Ernst. Fugas para frente. Publicado em: 2000. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2015/fugas-para-frente/>>. Acesso em: 30 out. 2017; LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. *Die große Entwertung...* *Op. cit.*

¹⁸ É importante frisar que a liberalização não implica a omissão ou inação do Estado, pois ela deve ser regulamentada (vide a necessidade atual de legislação para segurança dos derivativos).

¹⁹ *Ibidem*, p. 211.

acumulação de capital continua sendo o presente. Mas já não o presente enquanto existência efetiva de uma valorização anterior acumulada que permite uma nova rodada de valorização, mas o presente enquanto *expectativa* de valorização futura. Por isso a questão da *confiança* dos mercados, tal como aparece na superfície da economia, se torna fundamental.²⁰ A punção de valor futuro só pode funcionar se o título proposto se refere a um setor da economia real que promete ganhos futuros. Assim, na história interna do “capitalismo invertido” podemos apanhar o sucessivo surgimento, sucesso transitório e fracasso dos diversos “portadores de esperança na economia real”.²¹

É particularmente interessante o lugar das tecnologias de informação nesse processo. Por um lado, elas provocaram a racionalização do processo de trabalho que levou à queda da produção de valor e obrigou o sistema capitalista a se orientar para a ficcionalização da riqueza. Por outro, as próprias empresas produtoras de tecnologia da informação cumpriram durante um certo tempo o papel de “portadores de esperança na economia real”, na chamada *new economy*. E finalmente, essas mesmas tecnologias que fornecem a infra-estrutura necessária para a explosão da “indústria financeira”, provocam a racionalização do processo de trabalho também nesse âmbito.²²

²⁰ “Enquanto a promessa de pagamento se mantiver válida e *credível*, ela é um capital adicional ao lado do capital do qual se originou” (LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. Da enorme descarga de capital fictício. Publicado em: 2014. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2014/12/dimensa-descarga-de-capital-ficticio.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017). “A maré crescente dos títulos de propriedade só pode encontrar mercado se de alguma forma parecer plausível que a promessa de pagamento e a perspectiva de lucros de parte dos tomadores de empréstimo e de outros vendedores de títulos de propriedade possam ser cumpridas.” (LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. Crise mundial e limites do capital. Entrevista a Reinhard Jellen. *Revista Sinal de Menos*, ano 5, n. 9, p. 9-23, 2013, p.16). “O valor de mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação.” (MARX, Karl. *O capital*. 1986b. *Op. cit.*, p. 12). Levar em consideração o papel fundamental das expectativas de ganhos futuros como base dessa produção de riqueza não me parece implicar numa “fuga para um conceito subjetivista de crise”, como propõe Bernd Czorny (CZORNY, Bernd. Ernst Lohoff e o individualismo metodológico. Publicado em: 2014. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/bernd_czorny.htm>. Acesso em: 30 out. 2017).

²¹ “A dependência da formação de capital fictício em relação com os portadores de esperança na economia real é, portanto, de um lado, responsável pelo sucesso do capitalismo invertido, mas, ao mesmo tempo, a confrontação com a economia real representa o calcanhar de Aquiles do sistema fundado sobre a dinâmica da criação de capital fictício. A capacidade de expansão do capital fictício nasce e morre finalmente com as perspectivas dos portadores de esperança na economia real. Portanto, a criação de capital fictício está vinculado a um recurso que não pode emergir ele mesmo do seno da indústria financeira: os portadores de esperança da economia real. Essa dependência representa o ponto fraco do capitalismo invertido.” (LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. *Die große Entwertung... Op. cit.*, p. 258).

²² “Nasce aí o Algorithmic Trading ou AlgoTrading (AT), a negociação automatizada por computador, que executa estratégias matematicamente orientadas de movimentos de compra e/ou venda para obtenção de ganhos financeiros nos mercados. O High Frequency Trading (HFT), desdobramento direto desse avanço técnico, nada mais é do que uma forma de Algorithmic Trading que executa as ordens de sua estratégia em altíssima velocidade, graças ao auxílio de tecnologias informacionais de ponta em múltiplas dimensões”. Dentre os princípios gerais da adoção desse modelo de negociação se encontra a “economia de trabalho e diminuição de riscos do ‘fator humano’ (emoções, subjetividade) via automação” (PARANÁ, Edemilson. *A finança digitalizada: capitalismo financeiro e revolução informacional*. Florianópolis: Insular, 2016, p. 118). “No Brasil, dados da BM&FBovespa indicam que, em 2013, os HFTs já eram responsáveis por 15,6% de todo o volume financeiro com ações. Em 2010, esse percentual não passava de 5%. Se contabilizados os demais *AlgoTradings* (ATs) [...] cerca de 40% do total de negócios em bolsa são realizados por robôs, em estratégias automatizadas” (idem, p.134). Se “uma piscada de olho dura, em média, algo próximo a 0,5 segundo; por sua vez, uma operação realizada por uma dessas máquinas chega a 7 milésimos de segundo” (*Ibidem*, p. 15).

Chegamos a uma formulação central no nosso argumento: *a ficcionalização, e a generalização da especulação financeira que dela resulta, não são as causas mas a manifestação da crise, ao mesmo tempo que um mecanismo para tentar adiá-la*. Nessa tentativa de adiamento do estouro da crise, o crescimento dos títulos deve ser exponencial.²³ O aumento exorbitante dessa forma de riqueza é uma necessidade sistêmica objetiva e não é, portanto, um mero desvio ou uma ação imoral e gananciosa de certo tipo de capitalistas, embora alguns deles possam se beneficiar transitivamente no decurso desse processo.

Se a chamada "economia real" não tivesse o grau de dependência atual com o mundo das finanças, uma crise financeira deveria afetar tão somente os possuidores ou credores dos títulos desvalorizados. Mas a economia num todo depende hoje dessa forma de riqueza. Como resultado da crise financeira desenvolve-se um processo de decomposição que evidencia que até então a reprodução social dependia daquele processo especulativo. A riqueza das nações e empresas depende de maneira fundamental da emissão e capitalização de títulos e ações; e o estouro de bolhas no mundo das finanças repercutem em forma de recessão, desemprego, empreendimentos deixados pela metade.²⁴

Nesse processo, o Estado foi ganhando um papel não só fundamental mas também protagônico na dinâmica de produção de capital fictício. Diante do sucessivo fracasso dos diversos portadores de esperança na economia real, a emissão de títulos públicos tornou-se uma peça chave na produção de capital fictício. O Estado ainda se apoia no seu status de suposto pagador infalível (ou pelo menos mais confiável que os bancos comerciais). Ao mesmo tempo, desde o estouro da crise em 2008, os Bancos Centrais assumiram cada vez mais o papel de comprar ativos tóxicos, aqueles cuja garantia de retorno está fragilizada e que, portanto, se tornaram desinteressantes para os bancos comerciais. Também compraram títulos de empréstimo de seus próprios Estados para refinar o poder público. A compra de títulos degradados por parte dos Bancos Centrais estabiliza transitivamente a situação econômica geral e as finanças dos Estados, ainda que prometa estouros catastróficos para o futuro próximo.²⁵

²³ "Para que a produção desses novos títulos possa desempenhar o papel de motor, relançando assim toda a operação capitalista, a sua taxa de emissão deve crescer muito mais rapidamente do que a taxa de crescimento da produção em sectores-chave da economia real, nos períodos anteriores. Está submetido à obrigação de crescer de modo exponencial, porque deve constantemente transformar em capital um novo montante de valor futuro, buscando, sem descanso, um substituto para as antecipações de valor precedentes que chegaram ao vencimento" (LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. Da enorme descarga de... *Op. cit.*).

²⁴ Pela importância e o papel desse tipo de riqueza para a dinâmica capitalista atual, já não vale a seguinte afirmação de Marx: "Na medida em que a desvalorização ou valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que eles representam, a riqueza de uma nação é exatamente do mesmo tamanho tanto antes quanto depois da desvalorização ou valorização [...] Na medida em que sua desvalorização não exprimia uma paralisação real da produção e do tráfego em ferrovias e canais ou o abandono de empreendimentos iniciados ou o desperdício de capital em empresas positivamente sem valor, a nação não empobreceu nem de um centavo pelo estouro dessas bolhas de sabão do capital monetário nominal" (MARX, Karl. *O capital*. 1986b. *Op. cit.*, p. 12-13). Por isso, talvez sem entender muito do que ali se passa, qualquer cidadão hoje teme que do movimento das ações, dos juros, das notas das agências de classificação depende não só o lucro dos banqueiros como também a possibilidade de manter o seu emprego, ou de que a escola do bairro seja finalizada.

²⁵ Cf. LOHOFF, Ernst. Incêndio no carro de bombeiros. Publicado em: 2011. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2015/incndio-no-carro-de-bombeiros/>>. Acesso em: 30 out. 2017; Crise mundial

Ora, se os Estados estão organicamente envolvidos na produção e reprodução do capital fictício, então a natureza do fundo público deve ser radicalmente problematizada.

Fundo público, capital fictício e a “ponte para o futuro”

*Nada se edifica sobre la piedra, todo sobre la arena,
pero nuestro deber es edificar como si fuera piedra la
arena.*

Jorge Luis Borges.²⁶

*A obstinada evocação da seriedade da acumulação
mundial do capital mostra quando muito que a
consciência do marxismo do movimento operário
depende ela mesma dessa seriedade para se aferrar à
compreensão que tem de si mesma.*

Robert Kurz.²⁷

No debate mais frequente, o vínculo entre fundo público e mundo das finanças apresenta-se de maneira unilateral, na sucção que os rentistas tentam fazer dos fundos do Estado para garantir os seus rendimentos.²⁸ O fundo público é conceituado como a parcela apropriada pelo Estado, fundamentalmente por meio de impostos, da mais-valia produzida socialmente por meio da exploração da força de trabalho na produção de mercadorias. O debate político orienta-se, como decorrência dessa conceituação, pela disputa por uma distribuição mais justa e socialmente sensível dos recursos estatais, considerados uma apropriação de valor previamente produzido pelos próprios trabalhadores.

Nessa concepção apaga-se a participação da produção de capital fictício na própria formação do fundo público. O fundo público virou não só um lugar fundamental de rapina e pilhagem da riqueza apropriada pelo Estado, mas um locus de *produção* de nova riqueza

e... *Op. cit.*; Da enorme descarga de... *Op. cit.*; O depósito de lixo do capital fictício. Publicado em: 2012b. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2015/o-deposito-de-lixo-do-capital-fictcio/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

²⁶ BORGES, Jorge Luis. Fragmentos de un evangelio apócrifo. In: *Obras Completas: 1923-1972*. Buenos Aires: Emece, 1974, p. 1012.

²⁷ KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus. Publicado em: 1995. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: 30 out. 2017.

²⁸ Por exemplo: “Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, pressionando pelo aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, o que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Com isso, ocorre um aumento da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público” (SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010, p. 606).

capitalista. Numa análise da totalidade do sistema mundial, fica evidente a dependência do desenvolvimento da acumulação capitalista dos países ditos emergentes em relação à expansão do crédito e da especulação dos países centrais,²⁹ e também dos fundos públicos desses países, que dependem dessa dinâmica da acumulação.

Isso se traduz em contradições e limites estruturais para a tentativa de avanço das lutas progressistas. Mas, ao se desconhecer o terreno atual dessas lutas, a análise dos seus obstáculos se reduz frequentemente a uma crítica personificadora.³⁰ Constatar que o fundo público é alimentado estruturalmente pelo capital fictício torna pantanoso um terreno que se supõe sólido e conhecido. E põe em questão a atualidade das formas de luta herdadas do século passado. Pensa-se que a especulação gera uma riqueza falsa, e, no entanto, ela é riqueza capitalista real. Pensa-se que o fundo público é todo ele riqueza real produzida pelos trabalhadores e sugada pelos rentistas, e, no entanto, esse próprio fundo público está atravessado por aquela riqueza à qual se atribui o caráter de falsidade. Nessa confusão conceitual acaba-se acreditando que o fundo público é mais sólido do que se pensa, e que pode se dispor dele à vontade. Pelo seu específico caráter de realidade, vinculado à produção de capital fictício, ele desmancha no ar. O fundo público tem hoje, entre outras funções, o papel fundamental de reproduzir as bases para a produção de capital fictício, que por sua vez alimenta a totalidade economia.

Como vimos, na lógica do capital fictício a referência às expectativas de ganhos futuros se torna a forma atual de capital, na emissão de títulos e ações. A necessidade da construção permanente da imagem de pagador infalível por parte dos Estados, ou seja, sua afirmação como portador de esperança da economia real, permite explicar o seu acionar na tarefa de manutenção dessa forma de vida irracional em decomposição. A despeito dos discursos de equilíbrio fiscal, “uma paradoxal política de austeridade e endividamento” faz parte da dinâmica atual dos Estados, presos na dependência estrutural atual do capital fictício. Mais do que realmente acertar as contas entre renda e gasto, o que o Estado faz hoje é “simular capacidade de pagamento” para continuar (ou voltar) a se envolver na dinâmica de produção de riqueza que representa a emissão de títulos.³¹

²⁹ Cf. LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. *Die große Entwertung... Op. cit.*, p. 104.

³⁰ Essa crítica limitada já foi questionada por Marx: “Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas” (MARX, Karl. *O capital*. 1996. *Op. cit.*, p. 131-132).

³¹ LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. O depósito de lixo... *Op. cit.*; Cf., também: LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. Crise mundial e... *Op. cit.*, p. 16-17. Por outro lado, isso é reconhecido de uma ou outra maneira nas reportagens econômicas. “Com um deficit previsto de R\$ 139 bilhões e um Estado caro para manter, o setor público precisa emitir títulos, ou seja, se endividar. Apesar disso, o Brasil ainda corre o risco de ser rebaixado novamente pelas agências de risco internacionais nos próximos meses, selando o papel de não pagador das dívidas. O patamar pode chegar ao de altíssimo risco, afugentando investidores no país”. (FERRARI, Hamilton. Emissão de títulos é principal fator para a alta das dívidas do governo. *Correio Brasiliense*, Brasília, 25 jul. 2017. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2017/07/25/internas_polbraeco,612193/emis_sao-de-titulos-e-principal-fator-para-a-alta-das-dividas-do-govern.shtml>. Acesso em: 30 out. 2017).

No caso do Brasil atual, podemos afirmar que a “ponte para o futuro”³² que estaria orientando a política brasileira não é senão uma maneira cínica de se referir a uma “ponte para o abismo”. Podemos, assim, aludir aos efeitos catastróficos desse conjunto de reformas. Mas isso não contribui à compreensão da economia política que as fundamenta. Resulta mais fecundo levar a sério a ideia de que está sendo criada uma ponte para o futuro, embora transformando o sentido atribuído pelos formuladores dessa ideia. As políticas em andamento, mais do que conduzir o Brasil endividado e supostamente atrasado do presente, pela via de certas reformas e do desenvolvimento desencadeado por elas, ao Brasil do futuro, tentam construir uma ponte para trazer o futuro do Brasil ao presente, isto é, para tornar o Brasil futuro pré-capitalizável.

Diante uma dívida pública brasileira que se situava em torno de 67% do PIB, o PMDB, na sua proposta programática de “uma ponte para o futuro”, de 29 de Outubro de 2015, propunha “interromper o crescimento da dívida pública, num primeiro momento, para, em seguida, iniciar o processo de sua redução como porcentagem do PIB”.³³ Em mais de um ano com Michel Temer na presidência da República não houve redução da dívida pública nem em termos absolutos nem em relação ao PIB. Ao contrário, o Estado brasileiro atingiu a marca da maior dívida da sua história.³⁴ Enquanto isso, ao aprovar a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), o Senado brasileiro tomou uma medida inédita a nível mundial: fixar o teto dos gastos sociais para os próximos vinte anos. Isso significa “a liquidação total, de antemão, das garantias sociais da futura geração”.³⁵

Do outro lado da fronteira, desde a chegada de Mauricio Macri à presidência, a Argentina se tornou o maior emissor de títulos públicos entre os ditos países emergentes.³⁶

Ambos os governos aliam práticas orientadas pelo discurso do ajuste fiscal, ao mesmo tempo que desenvolvem tendências ao endividamento. Ainda que possam justificar as heranças das políticas dos governos anteriores como as provocadoras das necessidades de endividamento atual, o certo é que na busca de equilíbrio fiscal (se levarmos a sério essa

“Eighteen months have passed since Argentina shed its status as an international pariah mired in bond default litigation. There was the elimination of currency controls, the stabilization of the peso, the revival of the mortgage market, the reduction of the budget deficit. Sure, investors have given some measure of respect to the government—after all, they were willing to fork over \$2.75 billion in a sale of 100-year bonds with a 7.1 percent coupon in June—but the yields they demand remain high, the credit rating is low, and the country’s stock market is still in the same class as far-flung places such as Mauritius, Tunisia, and Bangladesh. [...] investors have much more immediate concerns, such as the sluggish pace of the economic recovery, the stubborn nature of double-digit inflation, and a budget deficit that, while shrinking, is still large” (RUSSO, Camila. No. 1 Bond Salesman in Emerging Markets Wants a Tad More Respect. *Bloomberg Markets, New York City*, 02 out. 2017. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2017-10-02/would-you-buy-7-percent-bonds-from-this-guy>>. Acesso em: 30 out. 2017).

³² PMDB. Uma ponte para o futuro. Disponível em: <http://pmd.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

³³ *Ibidem*, p.13.

³⁴ FERRARI, Hamilton. Emissão de títulos... *Op. cit.*

³⁵ BOTELHO, Maurílio. A aprovação do fim do mundo. *Blog da Boitempo* (site). Publicado em: 17 out. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/a-aprovacao-do-fim-do-mundo/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

³⁶ RUSSO, Camila. No. 1 Bond... *Op. cit.*

pretensão) as contas não fecham pois o endividamento representará no futuro um peso maior do que as reduções feitas nos ajustes atuais.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, as tentativas de antecipação de riqueza futura com consequências desastrosas são evidentes. A Lei 2.666/2013, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 18/12/2013, possibilitou ao RioPrevidência captar cerca de R\$ 4,8 bilhões no mercado doméstico ou internacional com a antecipação dos royalties do petróleo. Posteriormente, a RioPrevidência criou a sociedade *Rio Oil Finance Trust*, nos EUA, para realizar a emissão dos títulos. A garantia desses títulos seriam os royalties futuros do petróleo. Com a queda da previsão de receitas do fundo, pela queda de 50% do preço do petróleo e a redução na produção da Petrobras, os credores poderiam exigir o vencimento antecipado do valor integral dos títulos. Depois desse processo, “o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) constatou uma dívida de R\$ 18,5 bilhões no Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RioPrevidência) referente a operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior para antecipação de receitas”.³⁷

Agora o Estado do Rio pretende arrecadar R\$ 6,5 bilhões com a securitização de receitas futuras de royalties de petróleo por meio de empréstimos lastreados pela venda da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro).³⁸

Enquanto isso, o Governo do Estado do Rio está estudando a proposta de um “novo mecanismo de renúncia fiscal para reforçar os recursos para a Segurança Pública”.³⁹ O Estado não só precisa se mostrar como um potencial bom pagador. A miragem do equilíbrio fiscal deve ir junto com a do equilíbrio (ou controle) social. Essa “criação de uma imagem de futuro seguro” se torna também uma peça chave na possibilidade de antecipar riqueza. Por isso a questão da Segurança Pública também deve ser analisada desde a lógica da produção do capital fictício. Assim como a “simulação de capacidade de pagamento”, a “simulação de um ambiente seguro” é uma condição de possibilidade da produção desse tipo de riqueza. Podemos afirmar que, ironicamente, com essa medida de isenção fiscal para o investimento

³⁷ Disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/2017/02/11/rioprevidencia-r-185-bilhoes-e-o-tamanho-do-rombo-causado-pela-operacao-delaware/>>. Acesso em: 15 nov. 2017. Mais detalhes de toda essa operação podem ser consultados no Blog de Marcos Pedlowski. Disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/tag/operacao-delaware/>>; Cf., também: SETTI, Renan. Rioprevidência: credores aceitam proposta, evitando antecipação de títulos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/rioprevidencia-credores-aceitam-proposta-evitando-antecipacao-de-titulos-17983192>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

³⁸ Entrevista à CBN do Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro 06/09/2017. Áudio disponível em: <<http://m.cbn.globoradio.globo.com/media/audio/118247/rio-vai-pretende-arrecadar-r-65-bilhoes-com-securi.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2017. Transcrição da entrevista disponível em: <<https://blogdopedlowski.com/2017/09/06/escandalo-a-vista-des-governo-pezaoprepara-reprise-da-operacao-delaware-para-entregar-o-que-ainda-sobrou-da-receita-futura-dos-royalties-do-petroleo/>> Acesso em: 15 nov. 2017.

³⁹ “O secretário estadual da Casa Civil, Christino Áureo, disse neste domingo que o governo do Estado estuda a criação de um novo mecanismo de renúncia fiscal para reforçar os recursos para a Segurança Pública. A proposta, que dependeria de ser aprovada pela Assembleia Legislativa (Alerj), prevê um regime especial de tributação pelo qual as empresas interessadas investiriam parte do ICMS que teriam que recolher para programas de segurança, em um modelo semelhante ao que financia projetos apoiados pela Secretaria estadual de Cultura, por exemplo”. MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Pezão estuda novo modelo de renúncia fiscal para empresa que investir em segurança. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pezao-estuda-novo-modelo-de-renuncia-fiscal-para-empresa-que-investir-em-seguranca-21865120>>. Acesso em: 30 out. 2017.

em Segurança Pública, o Estado hoje “terceiriza” aquele “esforço de guerra” feito pelos Estados ao longo do século XX; só que agora contra o inimigo interno, e como base para um novo tipo de acumulação de capital.⁴⁰

A economia política da catástrofe

Franco Berardi sugere que o capitalismo financeiro está sendo conduzido por um “niilismo aniquilador”.⁴¹ A sua expressão mais clara e extrema seria a lógica dos títulos chamados *credit default swap* (CDS),⁴² nos quais o dinheiro investido “aumenta o seu valor enquanto as coisas são aniquiladas (fábricas são desmanteladas, empregos são destruídos, pessoas morrem, cidades se desagregam, e assim por diante)”. Portanto, “esse tipo de lucro financeiro é construído essencialmente sobre a aposta na degradação do mundo”.⁴³ Mas essa lógica destrutiva não se reduz aos *credit default swap*. Como vimos, o capitalismo atual num todo, na sua necessidade estrutural de antecipação de riqueza futura, reside na *aposta na degradação do mundo*, baseia-se em uma *economia política da catástrofe*.

A catástrofe social não é mais um efeito secundário, não visado e exterior ao próprio processo de produção capitalista. Transformou-se em um mecanismo interno, estrutural, da tentativa cada vez mais frágil de reproduzir a base necessária para esse novo tipo de riqueza que é a pre-capitalização de valor potencial futuro.

Também é possível encontrar essa lógica, que internaliza economicamente a catástrofe como base da criação de riqueza, na relação atual com os recursos naturais. Para Luis Marques, nas suas reflexões sobre capitalismo e colapso ambiental, não parece haver um limite interno da lógica do capital. É a finitude do mundo natural que representaria o limite externo que acaba interrompendo o desenvolvimento dessa lógica. “A degradação ambiental está se tornando, em suma, a componente estrutural da crise do capitalismo global”.⁴⁴ A dinâmica capitalista, necessariamente expansiva, não pode freiar esse processo pois o custo ambiental não é passível de ser “precificado”, ou seja internalizado nos custos das empresas,

⁴⁰ Desde inícios do século XX, muitos teóricos têm falado da economia política da guerra e do papel da indústria bélica como alavanca fundamental do desenvolvimento capitalista. Foi preciso criar guerras para justificar o investimento estatal requerido para a corrida armamentista que faria girar a máquina da acumulação. Nos anos 1990, pós-Guerra Fria, surgiu a pergunta sobre a possibilidade da conversão da tecnologia e economia baseada na guerra em tecnologia e economia para a paz. Já se temia que o conflito Este-Leste fosse substituído pelo chamado conflito Norte-Sul, ou seja, as guerras anti-terroristas, anti-revolucionárias, anti-nacionalistas (Cf.: AGUIRRE, Mariano; MALGESINI, Graciela (comp.). *Misiles o microchips: la conversión de la industria militar a civil*. Barcelona: Icaria/FUHEM, D. L., 1991).

⁴¹ BERARDI, Franco. *Heroes: Mass Murder and Suicide*. London: Verso, 2015, p. 88-89.

⁴² “O *credit default swap* (CDS) é o melhor exemplo dessa transformação da vida, recursos e linguagem em *nihil*. O CDS é um contrato no qual o comprador do CDS faz uma série de pagamentos ao vendedor e, em troca, recebe um pagamento de volta se um instrumento – tipicamente um título ou empréstimo – entra em default (falha o seu pagamento). Menos frequentemente, o evento de crédito que dispara o pagamento pode ser a reestruturação ou falência de uma empresa, ou até o simples rebaixamento da sua classificação de crédito” (*Idem*).

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ Marques, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2 ed. (revista e ampliada). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p. 51.

pois tornaria a atividade econômica não rentável.⁴⁵ As crises capitalistas não teriam deixado de ser cíclicas, mas se encontrariam agora com o limite do colapso ambiental que impacta no próprio desenvolvimento econômico.⁴⁶ Pois “a escassez e/ou poluição dos recursos naturais, as mudanças climáticas e demais desequilíbrios ambientais serão doravante cada vez mais as variáveis decisivas na determinação da taxa de lucro do capital”.⁴⁷

E verdade que quando a previsão de escassez se efetivar, isso afetará sem dúvida a taxa do lucro do capital individual que precise adquirir esses recursos naturais como matérias-primas para a sua produção. Mas, enquanto isso, a perspectiva de escassez futura se “precifica” não no sentido de evitar a destruição da natureza, mas de criar capital fictício: pré-capitaliza-se a escassez futura, efetivando-se como riqueza capitalista atual, na forma de aumento dos preços dos recursos naturais ameaçados.⁴⁸ Também a destruição da natureza deixou de ser um mero efeito secundário e não visado para se tornar parte do mecanismo interno de produção de riqueza abstrata.

O nosso horizonte histórico

Como se sabe, o capital tendeu desde a sua origem a universalizar a mercantilização de bens e relações sociais. A partir do deslocamento aqui referido, bens e relações sociais tendem a se converter agora numa mercadoria muito específica, um ativo financeiro:⁴⁹ aposentadorias, serviços públicos, jogadores de futebol, eventos esportivos, até as hipotecas e dívidas!⁵⁰

O expediente da acumulação de capital por antecipação de valor futuro, que está no cerne dessa transformação de tudo em ativo financeiro, pode gerar importantes problemas de legitimação. Pois esse processo conduzido por uma verdadeira economia política da catástrofe

⁴⁵ Marques, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. *Op. cit.*, p. 536, 542.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 49, 53-54.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 54.

⁴⁸ “Entre todos os processos da economia real desponta mais provavelmente a capitalização dos recursos naturais, que desperta expectativas de lucro altíssimas. Um exemplo disso são as patentes genéticas. A transformação dos direitos de uso de partes da herança coletiva natural da humanidade em propriedade particular representa um duplo rendimento para o sistema de produção de riqueza abstrata. Por um lado, transforma um bem livre ‘sem valor’ em capital e, por outro lado, ao emitir ações de empresas de biotecnologia ou pegar crédito, torna-se novamente para esse capital um ponto de referência para a criação de capital fictício [...] A iminente escassez de recursos chave transforma terras anteriormente quase sem valor em cobiçado capital futuro. E porque é previsível que essa fúria homicida contra os fundamentos naturais da vida fará disparar os preços do que resta, quem assegurar primeiro o poder de disposição produz riqueza capitalista” (LOHOFF, Ernst. Quando riqueza destrói riqueza: o capitalismo invertido e seus limites. Publicado em: 2015. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2015/quando-riqueza-destrui-riqueza/>>. Acesso em: 30 out. 2017).

⁴⁹ “Protegidos até aqui em nome do interesse geral, os serviços do Estado, das comunidades e das universidades deveram se submeter às lógicas da financeirização e à transformação de atividades econômicas em ativos financeiros” (DE LA CASINIÈRE, Nicolas. *Service publics à crédit*. Paris: Libertalia, 2015, p.12).

⁵⁰ “A securitização, na França aprovada em 1988, impulsionada pelos socialistas, torna possível a transformação de uma dívida em título trocável nos mercados financeiros [...] A securitização consiste classicamente em transferir a investidores ativos financeiros tais como dívidas (faturas emitidas não pagas, empréstimos em andamento), transformar as dívidas, pela passagem por uma sociedade ad hoc, em títulos financeiros emitidos no mercado de capitais” (LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l'homme endetté*. Paris: Ed. Amsterdam, 2011, p. 23).

tende a destruir as bases sociais e naturais da vida e a impedir a reprodução social de camadas cada vez mais vastas da população mundial.

Ao mesmo tempo, esse expediente de sobrevivência do capital é ele mesmo muito instável. E a manifestação dos limites desse mecanismo não pode senão agravar a legitimação do sistema. Pois, ao chegar o próprio mecanismo de sobrevivência no seu limite, o processo de colapso social se acelera.

Assim, por exemplo, a dupla política de austeridade e endividamento pode esbarrar nos seus próprios limites.⁵¹ Por outro lado, se transitoriamente a compra de títulos degradados pelos bancos centrais estabiliza a situação econômica geral e as finanças dos Estados, as reservas monetárias correm o risco de se deteriorar levando a uma cadeia de falências estatais. Esse mesmo mecanismo desloca a potencialidade da crise para a estabilidade da própria mediação monetária.⁵² Como resultado, o lugar sagrado do Estado enquanto devedor infalível é posto objetivamente em questão. Na ótima metáfora de Lohoff, vemos iniciar o “incêndio no carro de bombeiros”: a absorção pelos bancos centrais de títulos podres fará rebaixar as notas de solvabilidade dos Estados. O remédio aplicado transforma-se rapidamente em um mecanismo potenciador da crise: “nunca tão rápido o extintor virou combustível”.⁵³

Vai se criando, para Estados, empresas, indivíduos, a figura universal do “endividado”. A dívida não é só uma relação econômica, mas também uma relação moral que assujeita os indivíduos e tende a fechar o futuro.⁵⁴

É evidente o mal-estar social generalizado, às vezes transformado em protestos ou ações de formas variadas. Isso não significa que as saídas ou propostas das populações precarizadas e enraivecidas sejam necessariamente emancipatórias.⁵⁵

Presos na lógica do capital fictício, estabelecemos com o futuro um duplo vínculo: o convocamos como base da acumulação de capital atual, e pré-determinamos catastróficamente o seu percurso social e natural.

⁵¹ “a política de austeridade está atingindo um ponto onde ela está se tornando contraprodutiva mesmo para o objetivo estreito de acumular capital fictício. Onde ela é levada ao extremo, como agora na Grécia e na Espanha, ela está conduzindo diretamente à depressão econômica – e isto também afeta o sistema bancário e financeiro” (LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. Crise mundial e... *Op. cit.*, p. 17.)

⁵² Cf. LOHOFF, Ernst. Die allgemeine Ware und ihre Mysterien: Zur Bedeutung des Geldes in der Kritik der Politischen Ökonomie. (No prelo).

⁵³ LOHOFF, Ernst. Incêndio no carro... *Op. cit.*

⁵⁴ “Adestrando os governados a ‘prometer’ (a honrar suas dívidas), o capitalismo ‘dispõe antecipadamente do futuro’ pois as obrigações da dívida permitem prever, calcular, medir, estabelecer equivalências entre os comportamentos atuais e os comportamentos próximos. São os efeitos de poder da dívida sobre a subjetividade (culpabilidade e responsabilidade) que permitem ao capitalismo construir uma ponte entre o presente e o futuro [...] O que importa é a pretensão da finança de querer reduzir o que será ao que é, ou seja, reduzir o futuro e suas possibilidades às relações de poder atuais” (LAZZARATO, Maurizio. *La fabrique de l’homme... Op. cit.*, p.39).

⁵⁵ “O resultado previsível [da era do capital fictício] foi uma agudização da concorrência geral e uma progressiva atomização dos vínculos sociais. Não por acaso, tudo isso andou de mãos dadas com a revitalização geral de um nacionalismo que parecia satisfazer o desejo regressivo de pertencimento a uma coletividade aparentemente capaz de oferecer proteção, associando-se a ideologias racistas e social-darwinistas com base na exclusão ou a enfurecidos separatismos regionalistas em parte belicosos e sangrentos, em parte no plano da ação política” (TRENKLE, Norbert. *Gesellschaftliche Emanzipation in Zeiten der Krise*. Publicado em: 2015. Disponível em: <<http://www.krisis.org/2015/gesellschaftliche-emanzipation-in-zeiten-der-krise/>>. Acesso em: 30 out. 2017).

A compreensão do caráter real e ao mesmo tempo muito frágil da acumulação capitalista atual, e do seu vínculo orgânico com a catástrofe social e natural em curso, deveria nos levar a agir de uma outra maneira. E também deveria nos conduzir a perder a esperança histórica na construção de Estados de Bem-estar, mesmo como processo de transição a outra forma de vida, pois essas experiências estão vinculadas necessariamente com uma fase expansiva do capitalismo. A sobrevivência desse modo de produção em si é que deve ser cada vez mais urgentemente questionada, tanto em termos teóricos quanto em termos práticos.

A repetição de um ato não é o mesmo ato. Atentar para as novidades fundamentais desse museu que é o modo de produção capitalista (museu pela sua tentativa de preservar uma forma fixa cada vez mais anacrônica em face da preservação das bases sociais e naturais da vida) pode, talvez, contribuir a lidar com o presente na sua terrível atualidade para abrir o futuro na sua potência de liberdade.

Javier Blank: Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui doutorado e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduação em Comunicação Social (com especialização em Pesquisa em Comunicação Social) pela Escuela de Ciencias de la Información de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.